

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IV – Nº 770 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 25 DE NOVEMBRO DE 1998

## Congresso vota MPs sobre portos, benefício para idosos e tributos

Em sessão conjunta convocada para hoje à tarde, deverão ser apreciadas quatro medidas provisórias. O Senado reúne-se pela manhã, tendo na pauta a discussão de proposta de emenda constitucional que garante recursos para a saúde



CAE

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou requerimentos para obter mais informações sobre o processo de privatização

### Lara Resende será convidado a explicar venda da Telebrás

O ex-presidente do BNDES, André Lara Resende, o diretor do Banco do Brasil, Ricardo Sérgio de Oliveira, e o presidente da Previ, Jair Bilachi, serão convidados pela Comissão de Assuntos Econômicos a prestar esclarecimentos sobre a privatização da Telebrás. A decisão foi tomada ontem, atendendo a requerimentos do senador Eduardo Suplicy, e os depoimentos deverão ocorrer em reunião conjunta com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

PÁGINA 6



O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, defende a continuidade da aprovação do ajuste fiscal. "Temos que cuidar da agenda positiva do Brasil", disse o senador, que ontem participou da abertura do X Congresso Interamericano do Ministério Público (foto).

PÁGINA 2

### Serviços da Marinha terão gestão autônoma

O Senado aprovou ontem o primeiro projeto de autonomia de gestão com base na reforma administrativa. As Organizações Militares Prestadoras de Serviços na área da Marinha passarão a ter mais liberdade gerencial.

PÁGINA 3

### Palmeira se despede do Senado

PÁGINA 8



O Congresso Nacional deve votar hoje medidas provisórias que alteram a Lei dos Portos, ampliam o benefício a idosos sem condições de sustento próprio e modificam normas sobre contribuições e impostos.

Uma das MPs elimina dúvidas na interpretação da Lei dos Portos, declarando exclusiva dos órgãos gestores de mão-de-obra, e não dos sindicatos, a atribuição de indicar trabalhadores avulsos.

Consta também para votação a MP que reduz de 70 para 67 anos a idade em que pessoas sem condições de sustento podem se candidatar ao Benefício

de Prestação Continuada.

A terceira MP uniformiza as contribuições das empresas privadas e estatais e órgãos de governo para os programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS-Pasep).

Por acordo das lideranças, foi incluída na pauta a votação da MP que objetiva coibir a prática de operações simuladas envolvendo a exportação de produtos de elevada carga tributária, como cigarros e bebidas.

No Senado, estará em discussão hoje proposta de emenda constitucional que garante recursos para a saúde.

PÁGINA 5



Congresso Nacional terá sessão hoje à tarde para votar mais quatro medidas provisórias



Para Gilvam Borges, crises internas são fabricadas por quem não tem compromisso com o país

## Gilvam aponta "campanha sórdida" para enfraquecer FHC

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) solidarizou-se ontem com o governo em razão da crise política que resultou no afastamento das autoridades incumbidas do processo de privatização. Ele sustentou que o presidente Fernando Henrique Cardoso é o "alvo final de toda esta campanha sórdida de enfraquecimento de seu comando sereno e lúcido, sempre voltado para a realização dos superiores interesses da nação".

Na opinião de Gilvam Borges, o que menos convém hoje ao país é "poluir-se ainda mais o ambiente político e econômico, já bastante conturbado pela instabilidade que domina os mercados externos". Ele acha que o país está enfrentando crises internas fabricadas "por quem não tem compromissos com o desenvolvimento e o bem-estar social, mas somente com seus mesquinhos projetos pessoais".

Gilvam Borges argumentou que o ex-ministro Mendonça de Barros parece ter razão ao declarar à imprensa que a agenda de modernização econômica do presidente da República não coincide com a de sua base política. "É preciso e mesmo urgente que a base de sustentação do governo não leve a disputa por espaço de poder ao paroxismo de pôr em risco o crédito e a viabilidade de todo um projeto de governo", declarou.

Ele citou o ministro da Saúde, José Serra, para concluir que, de todo esse episódio envolvendo os "grampos" telefônicos no BNDES, "parece ficar a incômoda sensação de que o crime compensa". Em sua opinião, a ninguém parece preocupar o único fato consistente e insofismável, resultante desta teia de intrigas, que é o da escuta telefônica clandestina e criminosas.

# ACM afirma que é hora de terminar votação do ajuste

Presidente do Senado conclama parlamentares a cuidar da "agenda positiva" para o país ter estabilidade financeira e crédito no exterior

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, ressaltou ontem a necessidade de dar continuidade imediata ao trabalho de aprovação do ajuste fiscal.

– Se houve arestas, hoje não existem mais, e isso é muito bom. Temos agora que cuidar da agenda positiva do Brasil, fazer o ajuste fiscal. Vamos trabalhar para ter estabilidade financeira e crédito no exterior – afirmou.

Quanto à realização da reforma ministerial, o senador lembrou que so-

mente o presidente da República deve pronunciar-se sobre o assunto.

– Quem sabe da oportunidade de fazer a reforma é o presidente. É ele quem nomeia e demite os ministros – observou.

Antonio Carlos nada disse sobre a substituição do ex-ministro Mendonça de Barros, cuja atuação elogiou.

– Eu gostava muito do ministro, mas nós não comandamos as circunstâncias nem as decisões – concluiu.



Segundo ACM, somente o presidente da República deve pronunciar-se sobre eventual reforma ministerial

## Senador abre evento do Ministério Público

O senador Antonio Carlos Magalhães participou ontem, ao lado do vice-presidente da República, Marco Maciel, e dos presidentes do Supremo Tribunal Federal, José Celso de Mello Filho, e da Câmara dos Deputados, Michel Temer, da abertura do X Congresso Interamericano do Ministério Público (MP), que reúne procuradores-gerais de todo o continente para discutir estratégias de combate ao crime transnacional.

A solenidade de instalação foi realizada no Auditório Petronio Portella, do Senado Federal. O encontro prossegue no Itamaraty, até o dia 26, e é organizado pela Associação Interamericana do Ministério Público, cujo novo presidente é o procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro. A oportunidade da iniciativa foi ressaltada por Antonio Carlos.

– É uma grande satisfação para o

Congresso Nacional abrigar tão importante conclave, no qual procuradores de todo o continente se reúnem, ligados pelo mesmo interesse de fortalecimento do sistema democrático. Não tenho dúvidas de que resultará no combate, ainda mais intenso, ao crime organizado em nossos países – disse o senador.

### APERFEIÇOAMENTO

Falando em nome do presidente Fernando Henrique Cardoso, o vice Marco Maciel enfatizou as esperanças de que o evento contribua para o aperfeiçoamento democrático nas Américas e a elaboração de novas táticas de combate ao terrorismo, tráfico de drogas e de armas, lavagem de dinheiro e outros crimes transnacionais.

O procurador-geral da Venezuela, Iván Dario Badell, falou pelos participantes, e foi um dos agraciados por Brindeiro com a Medalha do Minis-

terio Público brasileiro. Também foram condecorados o presidente do STF, José Celso de Mello Filho; o ministro Francisco Rezek, juiz do Tribunal Internacional de Haia; Iamón Barnes, presidente da Associação Internacional de Promotores; e o deputado Hélio Bicudo, ex-membro do Ministério Público paulista.

Numa homenagem especial, a comenda foi conferida, *post-mortem*, a Pedro Jorge de Mello e Silva, procurador assassinado no cumprimento do dever, tendo sido recebida por sua mãe, dona Heloísa.

A solenidade contou ainda com a presença do ministro-interino das Relações Exteriores, Sebastião do Rego Barros, e do presidente do Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil, Reginaldo Oscar de Castro. O cardeal de Brasília, dom José Freire Falcão, abençoou os propósitos do congresso.

## Valadares quer tipificar crimes de danos morais

"O nome, a marca e a reputação de uma pessoa são tão sagrados quanto os símbolos de pátria, hino e bandeira para qualquer país", afirmou o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), ao justificar projeto de lei que apresentou ontem à Mesa do Senado, tipificando crimes de danos morais e dispondo sobre sua reparação financeira, em quantias variando de R\$ 5.200 para ofensas leves até superiores a R\$ 100

mil, no caso de danos morais considerados gravíssimos.

Para Valadares, seu projeto vem suprir um vazio na legislação brasileira. "Não há lei específica sobre danos morais, muito menos limites para que um juiz possa fixar reparações financeiras aos ofendidos, lacunas que acarretam grande discrepância de tratamento do assunto nos vários estados da Federação."

O projeto define como bens juridicamente tutelados o nome, honra, fama, imagem, intimidade, credibilidade, autoestima, integridade e segurança das pessoas físicas. Em relação à pessoa jurídica e entes políticos, o projeto cita como bens tutelados a imagem, o prestígio, a liberdade de ação, o objeto dos contratos regularmente firmados, bem como a segurança e o sigilo de correspondência, científico, industrial e de crédito.

## AGENDA

QUARTA-FEIRA, 25 DE NOVEMBRO DE 1998

Antonio Carlos Magalhães  
Presidente

- ▶ 11h - Preside sessão deliberativa ordinária do Senado
- ▶ 11h45 - Recebe o sr. Wim Kok, primeiro-ministro do Reino dos Países Baixos
- ▶ 14h30 - Preside sessão conjunta do Congresso Nacional

### PLENÁRIO

- ▶ 10h - Sessão deliberativa ordinária  
Pauta: Terceiro dia de discussão em primeiro turno da \*PEC nº 19/97, que dispõe sobre a destinação de recursos para o SUS; \*PDL nº 141/97, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cornélio Procópio, do Paraná; \*PDL nº 32/98, que aprova o ato que renova a concessão deferida à Rádio Globo de Brasília Ltda.; e \*PDL nº 40/98, que aprova o ato que renova a concessão deferida à Rádio Cultura Araraquara Ltda., de São Paulo

- ▶ 14h30 - Sessão conjunta do Congresso Nacional  
Pauta: \*MP nº 1.599, que dispõe sobre a organização de assistência social; \*MP nº 1.725, que muda artigos do DL 1.578/77, objetivando coibir operações simuladas envolvendo exportação de cigarros e bebidas; \*MP nº 1.676, que dispõe sobre a contribuição para o PIS-Pasep; e \*MP nº 1.728, que dispõe sobre normas e condições gerais de proteção do trabalho portuário

### COMISSÕES

- ▶ 10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania  
Pauta: Apreciação de diversos projetos, destacando-se: \*PEC nº 52/95, que trata da participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país; \*PLS nº 230/95, que dispõe sobre as operações de *factoring*; e \*PLS nº 125/97, que autoriza municípios a formarem consórcio para implementar política comum de desenvolvimento. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 5*

- ▶ 10h - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura  
Pauta: Apreciação do parecer oferecido à Mensagem nº 248/98, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do sr. Luiz Augusto Horta Nogueira para exercer o cargo de diretor da Agência Nacional do Petróleo

- ▶ 10h - Comissão de Assuntos Sociais  
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*Requerimento do senador José Eduardo Dutra, para que seja realizada audiência pública em reunião conjunta com CAS e CCJ, a fim de prestarem depoimentos o ministro do Trabalho e os representantes da CUT, da Força Sindical e do Diap, sobre a PEC nº 623/98, de autoria do presidente da República. \*PLC nº 47/94, que dispõe sobre o exercício profissional do técnico de segurança patrimonial; \*PLC nº 63/94, que acrescenta inciso VII ao art. 473 da CLT, permitindo ao empregado faltar ao serviço pelo tempo necessário, quando tiver de comparecer a juízo; e \*PLS nº 005/94, que dispõe sobre a responsabilidade da empresa na promoção da saúde de seus empregados. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 9*

- ▶ 17h - Comissão de Assuntos Sociais  
Pauta: Audiência pública para debater sobre Medicina Ortomolecular, com a presença do dr. Jorge Martins de Oliveira, professor titular na UFRJ, e dr. Efrain Olszewer, presidente da Associação Médica Brasileira de Oxidologia - AMBO. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 9*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
2º Vice-Presidente: Júnia Marise  
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
2º Secretário: Carlos Patrocínio  
3º Secretário: Flaviano Melo  
4º Secretário: Lucídio Portella  
Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho  
Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios  
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos  
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade  
Editor-Chefe: Djalba Lima

Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda  
Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo  
Arte: Clóvis Júnior

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Coordenação Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
15º e 16º andares  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

## Jucá defende participação de senadores em emendas de bancada ao Orçamento

O dispositivo que disciplina a apresentação de emendas de bancadas estaduais ao Orçamento da União foi debatido ontem em reunião da Comissão Mista de Orçamento. O senador Romero Jucá (PFL-RR) informou que há enten-

dimento no Senado para que a apresentação de emendas de bancadas esteja sujeita à assinatura de três quartos dos senadores e deputados, computados separadamente em cada Casa do Congresso Nacional.

O assunto foi questionado pelo deputado João Coser (PT-ES), argumentando que a medida privilegia os mandatos dos senadores em detrimento dos deputados. O senador Romero Jucá defendeu um peso diferente para os senadores, em virtude de seus mandatos terem características diferenciadas.

— A comissão é mista e as matérias são votadas separadamente nas duas Casas. As atribuições de deputados e senadores são distintas, e para evitar o que acontece em algumas bancadas estaduais, em que deputados apresentam emendas sem ouvir os senadores, é que o entendimento do Senado foi de que a Casa não deve ser enfraquecida — explicou Jucá.



Jucá lembra que as matérias são votadas separadamente pelas duas Casas do Congresso

## Ministério dos Transportes terá crédito de R\$ 77 milhões

A Comissão de Orçamento aprovou ontem mais de R\$ 77 milhões em créditos especiais e suplementares para o Ministério dos Transportes. Parte dos recursos — cerca de R\$ 13 milhões — viabilizarão obras como o Complexo Hidrográfico de Itaipu, a recuperação do porto de Cabedelo e a construção de terminal de passageiros no rio Acre, em Rio Branco. Outro projeto aprovado pela comissão destina para empresas estatais aproximadamente R\$ 57 milhões, a maior parte para companhias do setor de transportes. Por último, foram aprovadas dotações no valor de R\$ 6,5 milhões para o Ministério dos Transportes, com o objetivo de restaurar rodovias federais.

O deputado João Coser (PT-ES) criticou os pedidos de crédito, alegando que serão destinados a estradas sob o controle da iniciativa privada ou que ainda serão objeto de concessão pelo governo. “Na soma de créditos pedidos, há cerca de R\$ 11 milhões apenas para a fiscalização de rodovias já privatizadas”, acusou o deputado petista.

O senador Carlos Patrocínio

(PFL-TO), que está relatando na comissão projeto autorizando crédito suplementar de R\$ 52 milhões também para o Ministério dos Transportes, defendeu as dotações para o órgão. Segundo ele, “é preciso criar uma estrutura para que o governo fiscalize as rodovias”.

Também foi aprovado pela comissão outro projeto relatado por Patrocínio que destina cerca de R\$ 294 milhões para o pagamento de sentenças judiciais transitadas em julgado.



“É preciso criar uma estrutura para fiscalizar rodovias”, disse Patrocínio ao justificar dotações



O plenário do Senado decidiu que organizações militares poderão contratar servidores pela CLT

## Prestação de serviços navais terá autonomia

Primeiro projeto que prevê autonomia de gestão de um órgão público com base na reforma administrativa é aprovado pelo Senado

O plenário do Senado aprovou ontem o primeiro projeto que prevê autonomia de gestão de um órgão público com base na recente reforma administrativa. Todas as Organizações Militares Prestadoras de Serviços na área da Marinha poderão trabalhar com maior liberdade gerencial, orçamentária e financeira, inclusive contratando seus engenheiros e técnicos pela CLT, desde que seus salários não ultrapassem os valores praticados no mercado. Tais organizações, conhecidas pela sigla OMPS, são encarregadas das atividades industriais e de apoio de base, pesquisa e desenvolvimento e abastecimento da Força Naval brasileira.

O projeto aprovado autoriza as OMPS a contratarem até dez mil empregados, de níveis superior e médio, pela CLT, aproveitando o pessoal que já serve nas organizações da Marinha. O objetivo é permitir maior agilidade, produtividade, redução de custos, eliminação de mão-de-obra ociosa e eficiência dos serviços. Entre outras coisas, as entidades terão de assinar contratos com o Ministério da Marinha nos quais constarão metas a serem atingidas.

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) apresentou parecer favorável ao projeto, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, lembrando que o funcionamento das OMPS se assemelha ao da iniciativa privada, e, para que consigam maior eficiência, precisam de algumas liberdades gerenciais típicas de empresas privadas.

Cabral disse ainda que a Marinha poderia usar o dinheiro da prestação de serviços às unidades navais tanto nas OMPS quanto nas empresas privadas. No entanto, destacou que “as organizações constituem um modelo já consolidado, contando com experiências acumuladas em muitos anos”. O projeto também recebeu parecer favorável do relator na CCJ, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE).

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) recomendou voto contrário ao projeto, por considerar que a autonomia de gestão prevista na reforma administrativa não é adequada juridicamente para casos como o da Marinha e suas organizações prestadoras de serviços. Para ele, desde 1967, a legislação prevê descentralização administrativa de órgãos federais. “Não acredito que os pressupostos que àquela época desaconselhavam a

descentralização na área das Forças Armadas estejam hoje superados”, afirmou.

Já o senador Roberto Requião (PMDB-PR) ponderou que, num momento em que o Congresso está fixando o salário máximo na administração pública, não podia concordar com a autorização dada aos ministros da Administração e da Marinha para estabelecerem o valor dos salários nas OMPS.

“Esta história de parâmetro de mercado vai fazer com que a Marinha possa contratar funcionários pelo valor que bem entender. Isso desmoraliza completamente o esforço que estamos fazendo para limitar os salários no Brasil”, completou.

O relator na CRE, Bernardo Cabral, discordou de Requião, observando que o projeto diz “remuneração não superior” à praticada no mercado.

## Ceará poderá incluir crédito em refinanciamento

O governo do Ceará foi autorizado ontem pelo plenário do Senado a incluir no contrato de confissão, assunção e refinanciamento de dívidas, assinado com a União, um novo empréstimo firmado com a CEF para bancar o programa de ajuste do quadro de pessoal (demissões voluntárias).

O empréstimo tem o valor de R\$ 24 milhões. O pedido do governo cearense recebeu parecer favorável



do relator na CAE, senador Jefferson Pêres (foto), do PSDB-AM.

# Crescimento é o maior desafio do governo, diz Alcântara

Para senador, afastamento de Luiz Carlos Mendonça de Barros não pode afetar a proposta de implantação do Ministério da Produção

Ao referir-se ontem à criação do Ministério da Produção, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) elogiou a idéia, sustentando que a pasta será capaz de fazer o Brasil retomar o desenvolvimento. "O país necessita crescer, ampliar seu sistema produtivo e diminuir a distância entre regiões ricas e pobres, a fim de atender aos brasileiros que precisam de emprego", afirmou o parlamentar.

Ele reconheceu a competência do ex-ministro das Comunicações Luiz Carlos Mendonça de Barros, que deveria assumir o posto, mas afirmou que "certamente não será por falta de outros capacitados que não se constituirá esse ministério". Conforme Lúcio Alcântara, o maior desafio de Fernando Henrique Cardoso no próximo mandato será fazer o país crescer. "O Brasil construiu um parque industrial e não podemos assistir simplesmente ao desmontamento disso", alertou.



Lúcio Alcântara: economia precisa crescer para gerar mais empregos

Alcântara disse preocupar-se tanto com o sistema produtivo quanto com a vinda de capitais externos para o Brasil, visto que é cético quanto aos efeitos disso. Também afirmou que as empresas de telecomunicações, que eram vistas como "a jóia da coroa" no Brasil, foram privatizadas no curso de uma intensa "ginástica para arranjar pelo menos

mais um consórcio que disputasse a Tele Norte-Leste". Ao fazer essa análise, o senador indagou: "Será que superestimamos o valor dessas empresas? E o que acontecerá com as outras empresas que ainda restam?"

Em aparte, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) defendeu ações governamentais para aumentar a produção, sustentando que "o Brasil tem de exportar mais e importar menos". Conforme Suassuna, o país não pode continuar gastando US\$ 4 bilhões anuais com turismo, nem comprando US\$ 50 milhões anuais em alho. O senador Jefferson Péres (PSDB-AM) também aparteou para dizer-se preocupado com o fato de que, num país cheio de carências como o Brasil, alguns acham que o Estado deve ficar de braços cruzados quando se trata do setor produtivo. "O mundo não é liberal", sustentou o senador amazonense.

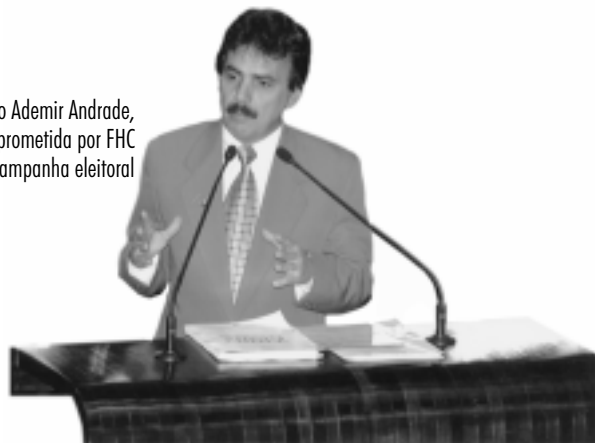
## Ademir cobra construção de eclusas em Tucuruí

"O presidente Fernando Henrique Cardoso precisa cumprir a promessa que fez ao povo do Pará, às vésperas de sua reeleição, de construir as eclusas da hidrelétrica de Tucuruí, para restabelecer a navegação no rio Tocantins", disse ontem o senador Ademir Andrade (PSB-PA), alertando para o fato de a segunda versão do Orçamento para 1999 ter zerado os R\$ 60 milhões previstos para a obra na primeira versão.

Para Ademir, o custo-benefício da construção das eclusas de Tucuruí é ótimo, porque com meros 3% do valor gasto na construção da hidrelétrica estaria viabilizada a maior hidrovia do país, a Araguaia-Tocantins, com 4.800 km de extensão, que poderia dinamizar e baratear o custo da produção agrícola do Centro-Oeste. "Há estudos mostrando que os 80 milhões de toneladas de grãos que o Brasil produz hoje poderiam se transformar em 106 milhões, ou seja, 30% mais", enfatiza.

O senador pelo Pará revela que a bancada de seu estado se mobilizou para apresentar uma

Segundo Ademir Andrade, obra foi prometida por FHC na campanha eleitoral



emenda ao Orçamento, restabelecendo os R\$ 60 milhões para as eclusas. "Mas, como o Orçamento é autorizativo, de nada adianta ter a dotação se o governo não liberar a verba. Desde 1995 a bancada aprova recursos para essa proposta, que o governo libera a conta-gotas, e o projeto não sai do lugar".

Ademir Andrade lembrou que, quando esteve em Tucuruí, "FHC fez a festa com os políticos e a mídia locais, prometendo que a construção das eclusas estaria concluída em 18 meses. Ele já sabia do pacote e da decisão do governo de subtrair R\$ 28 bilhões da

economia para pagar juros da dívida interna e externa. Agora não pode usar essa desculpa para justificar o corte orçamentário", conclui.

Em aparte, o senador Paulo Guerra (PMDB-AP) lamentou que a Amazônia esteja fadada a permanecer no "modelo troglodita" de exploração e exportação de bens primários. "Nossas riquezas estão sendo levadas por empresas que nos deixam apenas os buracos. Precisamos unir nossas forças de parlamentares para defender os projetos do interesse da região e impedir que o governo vire as costas para a Amazônia."

## Maldaner defende criação do Tribunal do Mercosul

A plena eficácia jurídica do processo de integração do Mercosul exige a instalação do Tribunal do Mercosul, defendeu o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC).

Com ordenamentos jurídicos e métodos funcionais bastante diferentes, os países que integram o Mercosul firmaram tratados comunitários como o Protocolo de Cooperação e Assistência Jurisdicional em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa, de 1992, e o Protocolo de Medidas Cautelares, de 1994.

Apesar disso, Maldaner relatou que ainda ocorrem situações como a descrita pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, Celso de Mello, em matéria publicada pela *Gazeta Mercantil*: uma carta rogatória procedente do Itamaraty solicitando ao juiz da cidade uruguaia de Rivera para cobrar de um cidadão brasileiro, residente em Santana do Livramento (RS), pensão alimentícia devida a um filho menor levou quatro meses para ser entregue. Apesar de uma única rua



Casildo Maldaner afirma que tribunal garantirá "eficácia jurídica"

separar as duas cidades, afirmou, a carta foi enviada ao Ministério das Relações Exteriores do Uruguai, que a remeteu ao Itamaraty, que, por sua vez, a enviou ao STE.

Para o senador, tem razão Celso de Mello ao defender que a criação urgente do Tribunal do Mercosul não significa mais uma burocracia judiciária e, sim, a garantia de maior eficácia jurídica à experiência de mercado comum em construção.

## Tuma registra aniversário e pede apoio para a PF

Ao registrar, ontem, o 34º aniversário do Departamento de Polícia Federal, ocorrido dia 16, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) disse que, nessa "hora difícil, com 'grampos' e dossiê", é preciso garantir à Polícia Federal (PF) os meios necessários à investigação interna e internacional para apurar os fatos. "É preciso buscar quem elaborou esses documentos falsos. A Polícia Federal precisa de todo o apoio", afirmou.

Tuma considerou que a história da segurança pública brasileira divide-se em antes e depois da criação da Polícia Federal. Fazendo um breve histórico, o senador lembrou que o primeiro ato em direção à implantação de uma polícia de âmbito nacional foi a Lei nº 4.483/64, que reorganizou e transformou o antigo Departamento Federal de Segurança Pública. Em fevereiro de 1967 o Decreto-Lei nº 200 conferiu ao departamento o nome atual.

Na década seguinte, continuou o senador, o DPF passou por alterações que o levaram a assemelhar-se a instituições congêneres existentes no exterior, sobretudo no Canadá, EUA e Inglaterra. "Posso afirmar com segurança que, apesar das dificuldades, dos sacri-

fícios e das tentações com que se deparam a todo momento, seus funcionários, inclusive os administrativos, conseguem executar um serviço difícil, perigoso e deficientemente remunerado com grau de qualidade comparável ao das melhores organizações do gênero no mundo", garantiu o senador.

Para alterar este quadro, Romeu Tuma pediu apoio a um anteprojeto de lei que se encontra na Casa Civil da Presidência da República. Este anteprojeto prevê que os servidores administrativos passariam a compor um quadro próprio da estrutura do DPF e obrigaria a realização de concurso público para futuras nomeações.



Tuma: PF tem eficiência comparável à das melhores polícias do mundo



# Congresso deve votar hoje mais quatro MPs

Mudança na Lei dos Portos, benefício para idosos, uniformização das contribuições para o PIS-Pasep e tributação de produtos para exportação são temas das medidas provisórias que estão na pauta a partir das 14h30



Benedita da Silva prega uma reavaliação das privatizações

## Venda das teles já causou dez mil demissões, diz Benedita

Ao contrário da previsão otimista do ex-ministro das Comunicações, Mendonça de Barros, de que a privatização da Telebrás resultaria na geração de 100 mil novos empregos, quatro meses após o leilão "só com os Planos de Incentivo à Rescisão Contratual (Pirc), cerca de dez mil trabalhadores perderam seus empregos em todo o país – 8 mil na Telemar e 1.500 na Embratel", disse ontem a senadora Benedita da Silva (PT-RJ).

O maior número de demissões ocorreu no Rio de Janeiro, sendo mil na Embratel e três mil na Telerj, onde várias ilegalidades teriam sido praticadas pelo consórcio Telemar, acrescentou a senadora. Benedita destacou que as demissões foram iniciadas na data do leilão – 29 de julho –, mediante notificação dirigida a empregados com estabilidade provisória, como os licenciados por motivo de saúde, em férias e portadores de doenças de trabalho.

Além dessas ilegalidades, a Telemar só deu início ao Pirc – plano de incentivos previsto no edital de licitação – após denúncia sindical. Assim mesmo, salientou a senadora, fixou prazo de apenas cinco dias para que os empregados da Telerj aderissem e, "num clima de absoluto pânico e pressão de chefes", o número de demissões pretendido pelo consórcio foi alcançado – 2.600 trabalhadores.

– Todos foram obrigados a assinar um termo de rescisão no qual abrem mão de quaisquer direitos futuros, o que é absolutamente ilegal – afirmou a senadora. As irregularidades são agora objeto de denúncia apresentada ao Ministério Público pelo Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações do Rio de Janeiro, informou.

Benedita também defendeu uma reavaliação das privatizações, principalmente das empresas de telecomunicações, para verificar se os preços de venda foram corretos, se os editais traziam as vantagens e compromissos que os compradores teriam e se estes obtiveram vantagens além das previstas nos editais.

O Congresso Nacional deve votar hoje mais quatro medidas provisórias, entre elas a MP nº 1.728, que procura acabar com a "má interpretação" de um artigo da Lei dos Portos que se refere à atribuição de indicar trabalhadores avulsos nos portos. De acordo com a exposição de motivos que acompanha a MP, cabe exclusivamente aos órgãos gestores de mão-de-obra nos portos, e não aos sindicatos, a designação dos trabalhadores avulsos. Os portuários têm feito manifestações contra a MP, alegando que ela tira poderes dos sindicatos da categoria.

Consta ainda da pauta para votação, em sessão marcada para começar as 14h30, a MP nº 1.599, que reduz de 70 para 67 anos a idade em que as pessoas idosas, sem condições de sustento próprio, podem candidatar-se ao Benefício de Prestação Continuada, no valor de um salário mínimo. O benefício também é pago a pessoa portadora de deficiência que não tenha condições de se sustentar.

A terceira medida provisória que deve ser votada hoje pelo Congresso, de nº 1.676, uniformiza as contribuições das empresas privadas e estatais

e órgãos de governo para os programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS-Pasep). O dinheiro do PIS-Pasep é usado para pagar um salário mínimo anual a quem ganha até dois salários mínimos e ainda financia o seguro-desemprego. O PIS-Pasep também paga um salário a desempregados que já trabalharam em empresas que recolhem a contribuição.

Por acordo das lideranças, foi incluída na pauta do Congresso a votação da Medida Provisória nº 1.725, que muda artigos do Decreto-Lei 1.578/77,

objetivando coibir a prática de operações simuladas envolvendo a exportação de produtos de elevada carga tributária, como cigarros e bebidas, principalmente para países limítrofes que adotam regimes de tributação privilegiada, os quais retornam ao Brasil de forma clandestina.

Na noite de ontem, a Coordenação Legislativa do Congresso informou que as lideranças haviam retirado da pauta de votação do Congresso a MP nº 1.720, que cria a contribuição previdenciária adicional de 9 pontos percentuais cobrada dos servidores públicos federais.

## Suplicy afirma que gravações tornaram-se de interesse público

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou ontem que as gravações das conversas entre o presidente da República, o ex-ministro das Comunicações e o ex-presidente do BNDES, obtidas por meio de "grampo" telefônico, tornaram-se objeto de interesse público após a sua divulgação. "Se o próprio presidente Fernando Henrique porventura soubesse, por meio de escuta telefônica, ainda que criminosa, que alguém houvesse planejado assassinar um ministro do governo e até cumprido tal intento criminoso, estaria o presidente deixando de apurar o crime cometido?", argumentou o senador.

Para Suplicy, é dever do Congresso Nacional apurar em que medida houve abu-

so de autoridade ou impropriedade de procedimento na privatização das empresas de telecomunicações. Suplicy acredita que a responsabilidade maior sobre as privatizações é do presidente da República, pois foi ele mesmo quem assinou o Decreto nº 2.546, que determinou o modelo de reestruturação e desestatização das empresas de telecomunicações.

Em aparte, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) lembrou que essa não é a primeira vez que gravações de conversas telefônicas surtem no governo Fernando Henrique Cardoso. Ele recordou que, durante a negociação do projeto Sivam, apareceram gravações, "e o acusado dos vazamentos foi uma pessoa íntima do governo e que ain-

da participa da administração do Palácio do Planalto, o sr. Eduardo Jorge". Agora, acrescentou, "vemos que o Corvo – apelido dado, na época, ao sr. Eduardo Jorge –, segundo o jornal *Correio Braziliense*, volta a facilitar a divulgação dessas escutas clandestinas e ilegais".

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) disse que a questão levantada pelo colonista Janio de Freitas, no jornal *Folha de S.Paulo* de hoje, "já ensinaria um pedido de informações ao presidente da República".

No artigo, Janio de Freitas revela um novo trecho das gravações em que Mendonça de Barros diz ao presidente Fernando Henrique que a entrada da empresa americana Bell South na privatização das teles "embaralhava tudo isso aí, porque ela ia disputar São Paulo, ia levantar o preço de São Paulo. Se ela ganhasse, expulsava os italianos para outro lugar".



Eduardo Suplicy



Antonio Carlos Valadares é autor do projeto que destina verbas para o SUS

## Plenário discute garantia de recursos para a área de saúde

O plenário do Senado discute hoje, em sessão convocada para as 10 horas, proposta de emenda constitucional do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que garante recursos para a área de saúde. A emenda recebeu um substitutivo do senador Esperidião Amin (PPB-SC) durante sua discussão na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A proposta determina que a União destine pelo menos 30% dos recursos de seu orçamento de seguridade social para o custeio do Sistema Único de Saúde (SUS). Os estados contribuirão com 12% de suas receitas e os municípios com 10%, incluídas as transferências constitucionais da União. Além disso, a PEC permite a intervenção da União nos estados, caso estes não apliquem o mínimo exigido na implementação, funcionamento e gestão do SUS.

Ainda na sessão de hoje, o plenário votará projetos de renovação das concessões de funcionamento, por mais dez anos, de três emissoras de rádio dos estados do Paraná e de São Paulo e do Distrito Federal.

## Ex-ministro é solicitado a explicar contradição

Requerimento apresentado ontem pelo senador Eduardo Suplicy solicita que o ex-ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros, explique as contradições entre o que disse no depoimento aos senadores e o que está efetivamente gravado em fitas com escutas telefônicas. Suplicy lembrou que o ministro negou perante o Senado ter revelado que faltava dinheiro a um dos interessados na compra de uma subsidiária do sistema Telebrás. Este fato, segundo o senador, ficou claro nas gravações.

Suplicy lembrou ter perguntado a Mendonça de Barros se ele combinara com o presidente do BNDES, André Lara Resende, recorrer ao presidente Fernando Henrique Cardoso no sentido de utili-

zar a "bomba atômica" para forçar a Previ a se associar ao banco Opportunity, que tem como sócio o economista Pérsio Arida.

O senador transcreveu a resposta do ex-ministro em seu requerimento. O próprio Mendonça de Barros reconhecia haver uma informação privilegiada: o consórcio Telemar – concorrente do Opportunity na compra da Tele Norte-Leste – "não estava conseguindo sequer os recursos para o lance mínimo". No depoimento ao Senado, argumentou que, fossem ele e Resende sócios de Arida, este teria recebido a informação privilegiada e não teria dado um lance de R\$ 1 milhão a mais do que o preço mínimo.

O líder do PT no Senado transcreveu em seguida a degravação da escuta telefônica, quando o ex-ministro conversou ao telefone com o presidente da Previ, Jair Bilachi, tendo Arida a seu lado. Na ocasião teria dito exatamente o que, conforme informou ao Senado, não poderia ter revelado: "Estamos muito preocupados com a montagem que o Ricardo Sérgio está fazendo do outro lado. Porque está faltando dinheiro, doutor".

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse que a solicitação de Suplicy seria decidida em reunião da Mesa do Senado Federal.

■ **Veja mais sobre o assunto nas páginas 6 e 8**

## Comissão examina nome para diretoria da ANP

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), presidida interinamente pelo senador Elói Portela (PPB-PB), aprecia hoje, em reunião marcada para as 10h, mensagem do presidente da República contendo a indicação de

Augusto Horta Nogueira para exercer o cargo de diretor da Agência Nacional de Petróleo (ANP).

Caso tenha seu nome aprovado pelos membros da CI, Augusto Horta Nogueira deverá completar o pe-

ríodo remanescente do mandato do ex-diretor Ricardo Pinto Pinheiro.

O relator da matéria na comissão é o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), que oferece parecer favorável à indicação.

# Lara Resende explicará privatizações à CAE

Ex-presidente do BNDES, diretor da área internacional do Banco do Brasil e presidente da Previ serão ouvidos pelos senadores sobre o processo de que resultou a venda, através de leilões, das empresas estatais de telecomunicações

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem dois requerimentos de autoria do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), convidando o ex-presidente do BNDES, André Lara Resende; o diretor da área internacional do Banco do Brasil, Ricardo Sérgio de Oliveira; e o presidente da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ), Jair Bilachi, para comparecerem à comissão, a fim de prestar esclarecimentos sobre o processo de privatização da Telebrás.

O presidente da CAE, senador Pedro Piva (PSDB-SP), disse que providenciará o envio dos ofícios convidando as autoridades indicadas. Suplicy quer explicações sobre a viabilização, por parte do BNDES, da contratação de empréstimos a taxas de juros inferiores às praticadas no mercado para que grupos privados adquirissem estatais nos leilões de privatização.

Suplicy sugeriu que primeiro seja convidado Lara Resende, em data a ser marcada até o dia 11 de dezembro. Ricardo Sérgio e Jair Bilachi seriam ouvidos em data posterior. Os depoimentos deverão ser feitos em reuniões conjuntas da CAE e da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Eduardo Suplicy também quer explicações sobre a atuação do BNDES junto aos fundos de previdência das empresas estatais, sobretudo a Previ, visando torná-los sócios dos grupos privados que adquiriram o controle das empresas privatizadas. Segundo o senador, Lara Resende já externou desejo de comparecer ao Senado.

Depois de manifestar seu voto favorável aos dois requerimentos, José Fogaça (PMDB-RS) disse que, com a privatização das telecomunicações, episódios como o do "grampo" de telefones, que a imprensa vem acompanhando, deixarão de ocorrer. Para ele, o próprio ministério perderá importância, em razão da privatização.

Participaram da reunião da CAE os senadores Francelino Pereira (MG), Edison Lobão (MA), Leonel Paiva (DF), Jonas Pinheiro (MT), Romero Jucá (RR) e Djalma Bessa (BA), do PFL; Ney Suassuna (PB), Carlos Bezerra (MT), José Fogaça (RS) e Gerson Camata (ES) do PMDB; Jefferson Péres (AM), Pedro Piva (SP), Osmar Dias (PR), Beni Veras (CE) e Lúcio Alcântara (CE), do PSDB; Eduardo Suplicy (SP) e José Eduardo Dutra (SE), do PT; Esperidião Amin (SC), Levy Dias (MS) e Leomar Quintanilha (TO), do PPB; e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).



Pedro Piva presidiu reunião em que a CAE aprovou requerimento de Suplicy (foto menor), convidando o ex-presidente do BNDES para explicar a privatização das teles



## Alcântara quer ampliar penas contra escuta ilegal

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) apresentou projeto de lei ontem destinado a corrigir discrepância entre o Código Penal e a Lei de Telecomunicações, a respeito dos crimes de interceptação de mensagens telefônicas e sua divulgação. Conforme o parlamentar, as penas previstas no código são menores que as fixadas na lei e devem ser ampliadas para que os dois textos se compatibilizem.

Ele explicou que, apesar de a Lei de Telecomunicações ter pretendido ampliar a tipificação do crime de interceptação e incluir hipóteses mais modernas dessa infração, tem o inconveniente de prever penas superiores às fixadas no Código Penal. O senador lembrou que sua preocupação com a proteção da privacidade é antiga e foi intensificada com o recente episódio envolvendo "grampos" sobre conversas de integrantes do governo.



Lúcio Alcântara

## Aprovado empréstimo de R\$ 266 milhões para a PB

A CAE aprovou ontem parecer favorável à solicitação do governo da Paraíba para contrato de confissão, assunção, consolidação e refinanciamento de dívidas com a União, celebrado em 31 de março deste ano, no valor de R\$ 266,3 milhões, dentro do Programa de Ajuste Fiscal dos Estados. O relator da matéria foi o senador Bello Parga (PFL-MA), mas o parecer foi lido na comissão pelo senador Carlos Bezerra (PMDB-MT).

Segundo o parecer, a operação de crédito e refinanciamento obedecerá às seguintes condições: o valor da dívida a ser adquirida pela União é de R\$ 266,3 milhões, dividida em cinco parcelas, referentes a saldos devedores junto à Caixa Econômica (CEF), à própria União, ao BNDES e a contratos firmados com o Banco Central.

Do total dos R\$ 266,3 milhões, serão deduzidos R\$ 22 milhões relativos a subsídios concedidos pela União ao governo da Paraíba e aos créditos de atualização monetária do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para exportação. O valor final que será refinanciado corresponde, portanto, a R\$ 244,2 milhões. Na avaliação do pedido do governo, o Banco Central informa que a operação permitirá a redução dos encargos e o alongamento do prazo de amortização, viabilizando o ajuste fiscal da Paraíba.

Na mesma reunião, os senadores da CAE decidiram adiar a votação do parecer sobre pedido do governo de Santa Catarina para contratação de operação de crédito de R\$ 311,9 mi-

lhões. O relator, senador José Fogaça (PMDB-RS), deu parecer favorável à matéria, mas o senador Esperidião Amin (PPB-SC), eleito governador do estado, pediu vista, exigindo mais informações sobre a situação das finanças de Santa Catarina.

Segundo Amin, o governo do estado não tem cumprido o acordo para a rolagem da sua dívida, tem receitas bloqueadas no valor de R\$ 57 milhões e mais uma parcela de R\$ 262 milhões que vai vencer, além de não pagar os salários dos servidores desde setembro. O senador pediu que a matéria seja examinada na próxima reunião, com a presença de um representante do Banco Central e outro do Tesouro, para que prestem esclarecimentos sobre a situação do estado e a viabilidade da operação de crédito. O presidente da comissão, Pedro Piva, aceitou o pedido de Amin.



Carlos Bezerra levou o parecer favorável à operação de crédito para a Paraíba

## Adiada votação de mudança nos financiamentos para estados

A CAE deverá votar, na próxima semana, dois projetos de resolução propondo modificações na Resolução nº 78, que estabelece regras rígidas para operações de créditos de estados, municípios e Distrito Federal.

Um dos projetos, de autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), cria exceções para a realização de operações financeiras dos estados, permitindo a contratação de operações de crédito com organismos internacionais.

O outro, do senador Ney Suassuna (PMDB-PB), dispõe sobre concessão de empréstimos pela Caixa Econômica Federal (CEF) para os estados poderem equilibrar seus orçamentos, principalmente os que gastaram seus recursos com o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef).

Para que não fosse aprovado um pedido de vista na reunião de ontem, ficou acertado que o senador Lúcio Alcântara apresentará emenda a um dos itens do substitutivo do relator dos dois projetos, senador Osmar Dias (PSDB-PR).

A emenda que será apresentada tem como objetivo estabelecer critérios e regras fixas para que estados, Distrito Federal e municípios possam contratar empréstimos junto a instituições oficiais de crédito e seus respectivos agentes financeiros, a organismos multilaterais e a instituições de fomento e cooperação ligadas a governos estrangeiros, sem cumprir os rigores da Resolução nº 78.

O parecer de Osmar Dias é pela prejudicialidade do projeto de Lúcio Alcântara, e oferece um substitutivo à proposta de Ney Suassuna. Ele disse ter baseado seu relatório em várias reuniões com integrantes do Banco Central, líderes de partidos e componentes da comissão. A matéria foi discutida pelos senadores José Eduardo Dutra (PT-SE) e Esperidião Amin (PPB-SC). A reunião da CAE foi presidida pelo senador Pedro Piva (PSDB-SP).





Na reunião da Comissão de Educação, foram examinados processos relativos a três rádios

## PROGRAMAÇÃO



### TV SENADO

#### HOJE

7h - *Saúde Todo Dia* - O programa trata da importância da atividade física para a saúde. Atividade: Unibiótica

7h30 - *Especial Unip* - Programa produzido pela Universidade Paulista; o médico Dráuzio Varela entrevista Maurício Bagnato. Assunto: O sono - 1ª parte

7h55 - *Senado em Pauta*

8h - *Saúde Todo Dia* - Atividade: Hidroginástica

8h25 - *Nossa Programação*

8h30 - *Jornal do Senado*

8h55 - *Senado em Pauta*

9h - *Cores do Brasil* - Uma viagem pelo país mostrando todo o seu potencial cultural. Em destaque, Brasília

9h30 - *Entrevista* - O secretário Nacional Antidrogas, Walter Maierovitch, fala sobre a responsabilidade do combate ao tráfico de drogas. Para ele, a responsabilidade deve ser compartilhada, mas o Brasil não precisa seguir modelos impostos de outros países

9h55 - *Senado em Pauta*

10h - *Sessão Plenária* (ao vivo)

12h30 - *Entrevista* - O secretário Nacional Antidrogas, Walter Maierovitch, fala sobre a responsabilidade do combate ao tráfico de drogas

12h55 - *Senado em Pauta*

13h - *Cores do Brasil* - O Paraná

13h30 - *Agenda Econômica* - O diretor de pesquisa do Ipea, Cláudio Considera, fala da recessão e do desemprego como conseqüências do ajuste fiscal na economia

14h30 - *Sessão do Congresso* (ao vivo)

18h30 - *Cores do Brasil* - O Espírito Santo

19h - *Seminário sobre a Seca* - 3ª parte

20h - *Cores do Brasil* - Linha Verde da Bahia

20h30 - *Entrevista* - O secretário Nacional Antidrogas, Walter Maierovitch, fala sobre

a responsabilidade do combate ao tráfico de drogas

21h - *Jornal do Senado*

21h15 - *Agenda Econômica* - O diretor de pesquisa do Ipea, Cláudio Considera, fala da recessão e do desemprego a partir das conseqüências do ajuste fiscal na economia

21h55 - *Senado em Pauta*

22h - *Sessão Plenária* (reapresentação)

Obs.: Durante a programação serão transmitidos *flashes* de reportagens, institucionais, especiais e o programa "Fala Cidadão".

### RÁDIO SENADO

#### HOJE

8h - *Agenda Senado*

Em seguida - Música e informação

10h - *Sessão Plenária do Senado* (ao vivo)

Em seguida - Música e informação

\* Logo após a Sessão Plenária, a Senado FM transmite um resumo da Audiência Pública da Comissão de Assuntos Sociais com o depoimento do ministro da Saúde, José Serra, sobre os cortes na área da saúde

14h30 - *Sessão Conjunta do Congresso Nacional* (ao vivo)

Em seguida - Música e informação

19h - "A Voz do Brasil"

Em seguida - Música e informação

20h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Nordeste"

Em seguida - Música e informação

21h - "Senado em Linha Direta - Edição Norte/Centro-Oeste"

Em seguida - Música e informação

21h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Sul/Sudeste"

Em seguida - Música e informação

0h - *Sessão Plenária do Senado* (reprise)

Em seguida - Música e informação

# Comissão dá parecer favorável a renovação de concessões de rádio

Emissoras do Pará, Pernambuco e Santa Catarina atendem, segundo os relatores das propostas, todos os requisitos técnicos e legais

A renovação de duas permissões e de uma concessão de rádio recebeu parecer favorável da Comissão de Educação (CE) na reunião de ontem. Segundo os relatores, as emissoras atenderam a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à renovação da concessão ou das permissões. Os projetos de decreto legislativo que aprovam os atos do Ministério das Comunicações com as renovações seguem agora para apreciação pelo plenário do Senado.

A emissora FM Rádio e Televisão Tapajós Ltda., sediada em Santarém (PA), teve seu ato de renovação relatado pelo senador Leonel Paiva

(PFL-DF), em substituição ao senador João Rocha (PFL-TO). O senador Joel de Hollanda (PFL-PE), que presidiu a reunião da CE, deu parecer favorável à renovação da permissão outorgada à Rádio Clube de Pernambuco, de Recife, destacando o papel cultural desenvolvido pela emissora FM. O processo da Rádio Colon Ltda., que opera em ondas médias na cidade de Joinville (SC), foi relatado pelo senador Djalma Bessa (PFL-BA), em substituição ao senador Esperidião Amin (PPB-SC).

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) absteve-se das votações. Ela seguiu orientação de seu partido, que resolveu abster-se en-

quanto não for instituído o Conselho de Comunicação Social, órgão consultivo do Congresso Nacional, previsto pela Constituição de 1988.

Também participaram da reunião da CE os senadores Nabor Júnior (PMDB-AC), Edison Lobão (PFL-MA), Jefferson Pêres (PSDB-AM), Beni Veras (PSDB-CE), Hugo Napoleão (PFL-PI), José Fogaça (PMDB-RS), Ney Suassuna (PMDB-PB), Lúcio Alcântara (PSDB-CE), Romero Jucá (PFL-RR), Ernandes Amorim (PPB-RO), Levy Dias (PPB-MS), Gerson Camata (PMDB-ES), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e Jonas Pinheiro (PFL-MT).

## Aprovadas normas de formação de recursos humanos na área da saúde

O senador Joel de Hollanda (PFL-PE) relatou e a Comissão de Educação (CE) aprovou ontem parecer favorável a projeto de lei que fixa as normas de formação de recursos humanos na área da saúde. A proposta, que regulamenta a Constituição Federal, segue agora para apreciação do plenário, com parecer favorável também da Comissão de Assuntos Sociais.

— O planejamento estratégico da formação e atualização dos recursos humanos na área da saúde vai permitir a integração efetiva de esforços para a formação de trabalhadores mais adequados. Além disso, vai corrigir ou minimizar os problemas de produção de pessoal em quantidade diferente da necessária ao mercado em determinadas regiões — analisou Hollanda, que também presidiu a reunião da CE.

O projeto, de autoria do ex-sena-

dor Almir Gabriel, determina que a formação de profissionais de saúde deve ser orientada para o atendimento das necessidades da população, incluindo atividades práticas que serão realizadas em serviços públicos de saúde. Pela proposta, cabe ao Sistema Único de Saúde promover as atividades de atualização de conhecimentos científicos e aperfeiçoamento de habilidades técnicas.

Hollanda afirmou ainda que o Conselho Nacional de Saúde considera o projeto necessário e oportuno, conforme estudo encaminhado à CE.

O parecer de Hollanda oferece duas emendas ao projeto, adequando a redação de um dos arti-

gos e acrescentando dispositivo à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para determinar que o Conselho Nacional de Saúde seja ouvido na criação de cursos de educação física, enfermagem, farmácia, fisioterapia, fonoaudiologia, medicina, nutrição, odontologia, psicologia e terapia ocupacional por instituições de ensino superior.

Essa emenda teve a participação da senadora Benedita da Silva (PT-RJ), que adequou o texto de modo a não ferir a competência do Conselho Federal de Educação, responsável pela autorização para criação de novos cursos superiores no país.



Joel de Hollanda prevê melhoria na formação profissional

## Senadores pedem vista de projeto que regulamenta acupuntura

Os senadores Ernandes Amorim (PPB-RO), Leonel Paiva (PFL-DF), Benedita da Silva (PT-RJ) e Levy Dias (PPB-MS) solicitaram vista do projeto de lei que regulamenta o exercício profissional da acupuntura, em exame na Comissão de Educação. Pelo Regimento do Senado, eles têm cinco dias para analisar a matéria e decidir se apresentam voto em separa-

do ou se acolhem o substitutivo apresentado pelo relator, senador Joel de Hollanda (PFL-PE).

O texto do substitutivo estabelece que a profissão de acupunturista é privativa de graduados em medicina, odontologia e medicina veterinária. Os portadores de certificado de conclusão de curso de capacitação em acupuntura e os profissionais de no-

tório saber, reconhecido por entidade médica, que comprovarem o exercício profissional por no mínimo dez anos serão designados auxiliares de acupuntura.

Segundo o relator, é necessário limitar o exercício da acupuntura aos que possuem formação adequada, como forma de preservar o direito do usuário.



## COMO SINTONIZAR

### TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

### RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

- Equipamentos necessários:
  - Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
  - Receptor ABR 200, ComStream
  - LBN DRO ComStream
  - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F
- Informações técnicas:
  - Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
  - Satélite: Brasilsat B2
  - Polarização: Vertical (RX)
  - Modo: Joint-Stereo
  - Taxa: 128 Kbps-BPSK
  - Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

# Senadores homenageiam Guilherme Palmeira

Ao tentar fazer seu discurso de despedida, parlamentar alagoano é brindado com inúmeros apartes, nos quais integrantes de praticamente todas as bancadas reconheceram a sua integridade moral e a sua contribuição ao Nordeste e ao país

Mesmo permanecendo uma hora e meia na tribuna, o senador Guilherme Palmeira (PFL-AL) não conseguiu fazer o discurso de despedida que preparara para ontem. Duas dúzias de apartes, enaltecendo sua conduta política e sua vida pública, o impediram.

Palmeira iniciou o pronunciamento justificando a antecipação de seu discurso de despedida. Embora a sua saída do Senado esteja prevista para o fim da legislatura, próximo dia 31 de janeiro, o senador – malsucedido em sua tentativa de reeleição – irá à Europa na condição de presidente do grupo brasileiro da União Interparlamentar.

Ao dizer que fazia uma prestação de contas de seu esforço por representar com dignidade seu estado, “defendendo-o e exaltando-o” diante de suas limitações, foi interrompido pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), que declarou ser desnecessária uma prestação de contas porque o senador é um dos mais ativos parlamentares.

Os apartes então se sucederam.

O senador Edison Lobão (PFL-MA) lamentou a derrota eleitoral de Palmeira, um político de “grande envergadura”. Já Hugo Napoleão (PFL-PI) previu que o senador não se afastaria da vida pública que tem desempenhado com muita garra mas, ao mesmo tempo, bastante serenidade.

O senador Djalma Bessa (PFL-BA) afirmou que Palmeira não deveria levar em conta o insucesso desta eleição, que será “breve e ligeiro”. O senador Elcio Alvares (PFL-ES) exaltou o grande amigo e companheiro que tem em Palmeira.

O senador Iris Rezende (PMDB-GO) destacou que Palmeira é “um político diferente, que associa a

competência à humildade, a solidariedade a posições firmes”. Já Romeu Tuma (PFL-SP) comparou Palmeira a “um enviado de Deus dentro da política”.

Para o senador Francelino Pereira (PFL-MG), o Senado Federal será uma Casa que vai confundir-se com a dedicação e a imagem do próprio Palmeira.

– Vossa Excelência foi um dos que detectaram, em minha pessoa, um daqueles que podiam contribuir para meu estado e para meu país – retribuiu Palmeira.

Odacir Soares (PTB-RO) lembrou que Palmeira fundou o PFL, tendo deixado uma grande contribuição para a vida partidária no país. O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) destacou o privilégio ter tido a companhia e a amizade de Palmeira.

## “Um homem de paz”, destaca Simon

Pedro Simon (PMDB-RS), falando também em nome dos senadores José Fogaça (PMDB-RS) e Casildo Maldaner (PMDB-SC), disse que Palmeira foi sempre “um homem de paz”. Lembrou da renúncia de Palmeira ao cargo de vice-presidente na chapa de Fernando Henrique Cardoso, após denúncias infundadas contra sua pessoa, apenas para não desgastar a campanha em que acreditava. Simon disse que Palmeira deixava o Senado de cabeça erguida, contando com o respeito, a admiração e o carinho de todos.

– Vossa Excelência não vai honrar o meu discurso: Vossa Excelência fez o meu discurso – afirmou Palmeira em resposta a Simon.

Falando em nome do presidente do

Senado, senador Antonio Carlos Magalhães – que teve de se ausentar do plenário –, o senador José Agripino (PFL-RN) destacou que Palmeira é um homem que não pensa em si próprio, mas sim no interesse nacional. Ele ressaltou também a probidade do senador que encerra o mandato:

– Vossa Excelência pode ter perdido a eleição, mas sua dignidade continua inteira. Este é seu patrimônio – afirmou.

Palmeira recordou a sua formação democrática. O pai, Rui Palmeira, senador da UDN, criou os filhos com tanta liberalidade que ele tem, hoje, irmãos que militam na esquerda e na direita. Palmeira considerou-se no meio deles.

O senador Pedro Piva (PSDB-SP) disse que Palmeira não estava no meio, mas

à frente de todos eles, sempre na vanguarda. O senador Geraldo Melo (PSDB-RN) destacou que a grandeza com que Palmeira recebia os momentos de glória era a mesma com que encarava as adversidades. Carlos Wilson (PSDB-PE) afirmou que é a região Nordeste quem mais perde com a saída de Palmeira do Senado.

Benedita da Silva (PT-RJ) afirmou ter tido uma convivência sempre cordial com o senador por Alagoas, apesar das divergências entre ambos. Joel de Hollanda (PFL-PE) qualificou Palmeira como um político obstinado, determinado na luta pelos interesses do Brasil, do Nordeste e de Alagoas. Destacou a preocupação permanente de Palmeira com o setor sucroalcooleiro. Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) enalteceu a fidalguia de Palmeira, que fazia seu discurso sem ataques a eventuais adversários após ter sido derrotado nas eleições.

O senador José Alves (PFL-SE) referiu-se a Palmeira como “um alagoano de boa cepa”. Ney Suassuna (PMDB-PB) o definiu como “um homem correto, bom, sempre alegre e lutando pelas causas nacionais e de seu estado”.

Carlos Patrocínio (PFL-TO) disse que Guilherme Palmeira é “um homem que soube honrar seu mandato e sua Alagoas”. No exercício da Presidência, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) se associou aos cumprimentos, elogiando a postura democrática de Palmeira e lembrando que sua candidatura valorizou a vitória da senadora eleita Heloisa Helena, sua companheira de partido. Finalizando, o senador Gilvam Borges (PMDB-AP) elogiou a vida pública do parlamentar alagoano.

Guilherme Palmeira, que deixa o Senado no próximo dia 31 de janeiro, viajará à Europa na condição de presidente do grupo brasileiro da União Interparlamentar



## Requião: não há crime em “grampo” no BNDES

“Não foi criminosa a escuta telefônica, a escuta foi legítima e atendeu aos interesses do país”, afirmou ontem o senador Roberto Requião (PMDB-PR), referindo-se ao “grampo” que revelou conversas de Luiz Carlos Mendonça de Barros e André Lara Resende, durante o processo de privatização das empresas do sistema Telebrás.

O senador amparou sua tese em texto assinado pelo procurador da República Celso Antonio Três, que atua no Paraná. Depois de ler o texto em plenário, Requião afirmou: “Nós precisamos

aprofundar essa questão”. Para ele, o episódio não se encerra na renúncia dos envolvidos.

– O presidente da República deve explicar por que a diminuição de preço não originou de sua parte um protesto forte e definitivo. Porque havia uma lesão clara aos interesses do país – argumentou o parlamentar.

No documento lido por Requião, o procurador sustenta que, quando a interceptação da ligação telefônica é feita pelo lesado, “inequivocamente traduz-se em defesa legítima de seu direito ferido,

Requião citou parecer de procurador para mostrar que escuta é legal quando feita por vítima de crime



mais especificamente, a agressão à isonomia da competição”. No texto, o procurador sustenta que, na privatização do sistema Telebrás, foi quebrada a isonomia do processo licitatório.

Para o procurador, houve violação aos

concorrentes e aos cidadãos, estando estes legitimados a buscar, por meio de ação popular, a nulidade das concorrências. Celso Três também sustenta que o Supremo Tribunal Federal tem considerado lícitos elementos desse tipo quando

colhidos por quem é vítima de crime.

Para Requião, o texto de Celso Três deve subsidiar não apenas sua própria atuação parlamentar, mas a de todos que desejam encarar com seriedade a questão do “grampo” que resultou no afastamento de alguns dos principais auxiliares do governo.

Depois de argumentar que foi o próprio Mendonça de Barros quem informou que foram os lesados que interceptaram a gravação de suas conversas no BNDES, o senador Roberto Requião sustentou que a opinião desse procurador se aplica ao caso, “pois foi ferida a isonomia da competição pelas empresas do sistema Telebrás”. Para ele, isso “fica claro do começo ao fim das fitas publicadas pelos jornais”.